

**1995**

**Inflação é mais baixa para quem recebe até oito salários**

Pelo INPC – que leva em conta famílias com renda de um a oito salários-mínimos – a inflação em 1995 ficou em 21,98%. Já o IPCA – um a quarenta salários – acumulou alta de 22,41%. Um pouco abaixo dos 22,47% do IPCA-Especial, noticiado na última edição. Todos eles se constituem nos menores índices anuais de suas séries históricas.

O período da coleta faz a diferença. No especial, abrange as duas últimas semanas do mês anterior e as duas primeiras do mês de referência. A pesquisa de preços para os outros dois é feita, normalmente, do primeiro ao último dia de cada mês. (Página 2)

Com esta edição, a tiragem da **Carta IBGE** chega a 20 mil exemplares.

Começamos com três mil, em maio do ano passado. Atingimos os dez mil em agosto e quatorze mil no final do ano.

O objetivo é atender a um público-leitor cada vez maior desta publicação quinzenal, que dá conta da produção estatística e geocientífica do IBGE, também via Internet.

## Mapa registra evolução territorial do Brasil ao longo de mais de meio século

Na décima edição do *Mapa Político do Brasil* é possível visualizar as transformações ocorridas no País ao longo de 55 anos. Desde os 19 estados, um território (Acre) e o Distrito Federal, que compunham o Brasil de 1940, até as 27 unidades da federação atuais, incluindo Tocantins, a mais nova, criada pela Constituição de 1988.

Houve crescimento significativo no número de municípios: de 1.574, no início dos anos 40, para os atuais 4.973. Se há mais de cinquenta anos existiam cerca de 31 municípios com até 5 mil habitantes, hoje este número chega a 1.067, o que significa 21,5% do total de municípios do País.

Na nova versão do Mapa Político, estão assinaladas as cidades mais populosas de cada estado, segundo o Censo Demográfico de 1991, e as ilhas oceânicas Atol das Rocas, Arquipélago de Fernando de Noronha e Ilha da Trindade aparecem em destaque, com maior detalhamento geográfico.

(Página 3)



A folha do novo mapa (1:5.000.000) traz cartas antigas em destaque e tem embalagem própria com tratamento visual

## 1995 fecha com menor acumulado da série histórica dos índices

Os resultados dos índices têm influência direta do comportamento de preços dos artigos de vestuário e dos alimentos, que, até mesmo, compensaram o forte impacto causado, principalmente, pelos aluguéis e serviços.

Pelo INPC, por exemplo, os artigos de vestuário só aumentaram 4,54%, o ano inteiro, e os alimentos, 8,44%. Em contrapartida, os aluguéis subiram 95,81%, levando o grupo Habitação a fechar com 66,33%. Os serviços – sobressaindo-se as altas em torno de 61% nos itens barbeiro e cabeleireiro e manicure – pressionaram Despesas Pessoais, que acumulou aumento de 37,62%.

A menor taxa mensal da série histórica do INPC continua a ser a de abril de 1986, quando o congelamento de preços do Plano Cruzado fez a inflação baixar para 0,43%. A maior (82,18%) ocorreu em março de 1990, mês que antecedeu o Plano Collor. No entanto, foi em 1993 que as taxas mensais crescentes levaram o acumulado a bater o recorde: 2.489,11%.

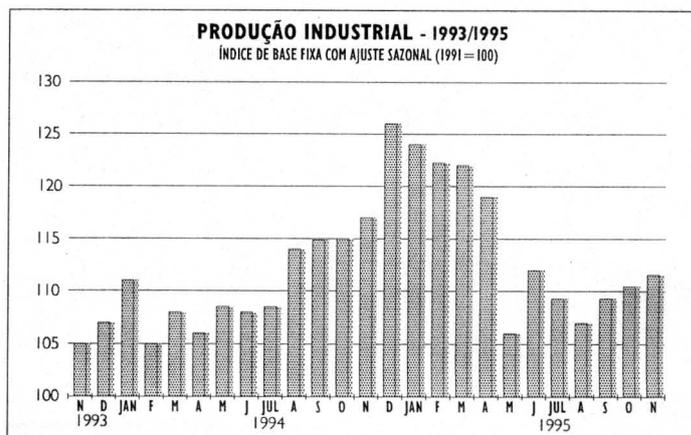


## Custo de vida sobe mais em São Paulo e Belo Horizonte

De todas as regiões pesquisadas, São Paulo foi a que acumulou a maior inflação medida pelo INPC (25,35%) e IPCA (23,84%), no ano passado. Pelo IPCA-Especial, Belo Horizonte (24,03%) ocupa a liderança. Os menores resultados nos três índices foram registrados em Fortaleza (17,20% no INPC, 18,26% no IPCA e 18,36% no IPCA-E), onde apenas Alimentação e Bebidas e Transporte e Comunicação subiram pouco mais do que a média nacional.

São Paulo se encontra entre as regiões metropolitanas que apresentaram, em 1995, as mais importantes altas em Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais, Artigos de Residência e Despesas Pessoais. Em Alimentação, só no INPC ficou acima da média, situação repetida em Belo Horizonte, que também se inclui entre os locais com os aumentos mais expressivos dos preços de Habitação e Despesas Pessoais, além de Vestuário e Transporte e Comunicação.

## Indústria se recupera em ritmo lento



De outubro para novembro, a atividade industrial brasileira cresceu 1%, na série com ajuste sazonal, apontando queda apenas em Bens Intermediários (-0,3%). A recuperação, nítida a partir de setembro, se dá em ritmo cada vez mais lento. Em três meses, a produção teve expansão de 4,3%, em consequência dos 6,1% de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis e dos 4,9% de bens intermediários. Os duráveis permaneceram estáveis e os bens de capital diminuíram 4,6%. O acumulado no ano passou de 4,6% em setembro para 3,8% em outubro e 3% em novembro, reforçando a trajetória declinante, que deve prosseguir.

## Santa Catarina e Pernambuco mantêm liderança na produção industrial

No acumulado janeiro-novembro, Santa Catarina (7%) e Pernambuco (6,8%) consolidaram a liderança na indústria regional, embora diminuindo o seu ritmo de crescimento. A expansão nestes locais tem em comum a influência positiva de produtos alimentares e material elétrico e de comunicações, que contribuíram, ainda, para os 4,2% de Minas Gerais.

Na outra ponta, a indústria gaúcha, que apresentou desempenho fraco quase o ano inteiro, acumulando queda de 5,7%. Isto pode ser debitado, basicamente, à redução de 37,9% em mecânica.

O Paraná (-4,8%) e a Bahia (-0,3%) também diminuíram a produção. Neste caso, produtos alimentares aparecem como destaque negativo nos dois estados. No primeiro, juntamente com fumo e, no segundo, com extrativa mineral e material elétrico e de comunicações.

São Paulo (2,9%) se situa junto à média nacional, obtendo acréscimos em 14 dos 20 gêneros pesquisados, enquanto o Rio de Janeiro cresceu 1,5%, sustentado pela extrativa mineral. O Nordeste fechou com 1,9% e o Sul com -1,1%.

## Um pouco da História contada no novo Mapa Político do Brasil

### 1940: três estados ocupam mais da metade do território nacional

O Amazonas envolvia o atual estado de Roraima, o Pará continha o Amapá e Mato Grosso ainda não estava dividido e ocupava, também, o atual estado de Rondônia. No primeiro *Mapa Político*, divulgado pelo IBGE naquele ano, os 8.547.403,5 km<sup>2</sup> da

República Federativa do Brasil ainda se denominavam "República dos Estados Unidos do Brasil".

Outras informações que não estão no mapa, mas nas Estatísticas Históricas do Brasil: o primeiro Censo, depois da criação do IBGE, contava 41,1 milhões de habitantes, em 1.574 municípios. O índice anual do custo de vida no, então, Distrito Federal não ultrapassava os 3% e em São Paulo ficava em 7%. Eram 44 mil estabelecimentos industriais em todo o País e a moeda era o Real.



### 1960: Capital se desloca para o Planalto Central

Com a inauguração de Brasília, o Rio de Janeiro passou a constituir o Estado da Guanabara, o menor do País. O Território do Guaporé já aparecia no mapa como Rondônia. Éramos 70 milhões de habitantes, em 2.776 municípios. O Índice Geral de Preços subia para 30,47%.

### 1970: surge o estado do Acre

O Território do Acre passava a constar do mapa como estado e o de Rio Branco trocava de nome para Roraima. No total, eram 3.952 municípios e 93 milhões de habitantes. A inflação anual baixava para 19,27%.

### 1980: Mato Grosso se divide

O Estado da Guanabara saía do mapa, após a fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro. No Centro-Oeste, mais um estado: Mato Grosso do Sul. O Brasil tinha 119 milhões de habitantes vivendo em 3.974 municípios. O INPC – calculado pelo IBGE desde março de 1979 – se aproximava dos três dígitos no acumulado do ano: 99,70%. O número de estabelecimentos industriais já atingia a casa dos 214 mil.

### 1988: União ganha mais três estados

A nova Constituição criou Tocantins e elevou os territórios de Roraima e Amapá à condição de estado, a exemplo do que aconteceu com Rondônia, em 1981. O arquipélago de Fernando de Noronha deixou de ser território e foi anexado a Pernambuco. A inflação anual chegou bem perto do quarto dígito (993,28%) no Brasil de 140 milhões de habitantes, vivendo em 4.179 municípios.

O novo mapa político oficial retrata modificações por que passou o Brasil, até chegar aos tempos do Real, com 156,9 milhões de habitantes e quase cinco mil municípios.



### 1945: seis territórios são criados

Por Decretos-Lei editados em 1942 e 1943, surgiram Fernando de Noronha, Guaporé (hoje Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Amapá, Ponta Porã (no sul de Mato Grosso) e Iguazu (no oeste do Paraná e de Santa Catarina). A população brasileira beirava os 45 milhões e o índice do custo de vida chegou aos 16,7%. A moeda era o cruzeiro, desde 1942.

### 1950: dois territórios a menos

O *Mapa Político* daquele ano registrava a extinção, pela Constituição de 1946, dos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguazu. Pelo Recenseamento Geral, o Brasil tinha aproximadamente 52 milhões de habitantes, em 1.889 municípios. O número de estabelecimentos industriais ultrapassava a marca dos 84 mil e o Índice Geral de Preços ao Consumidor registrava inflação de 6,0% no ano.

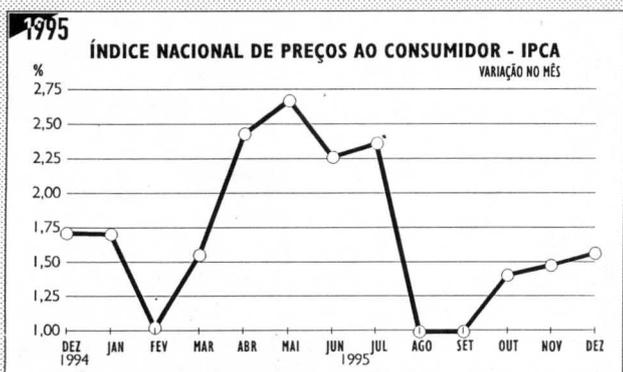
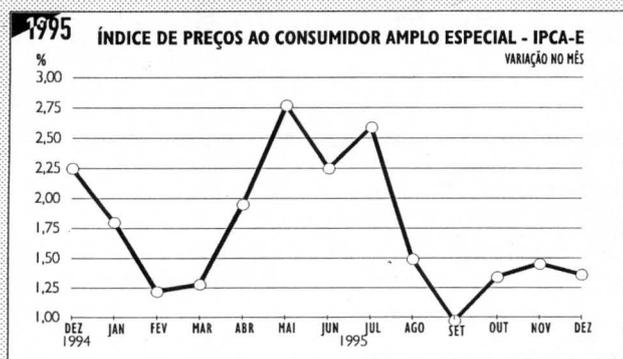
### Para visualizar a evolução territorial traçada no novo mapa

O primeiro *Mapa Político do Brasil*, produzido pelo IBGE, saiu em 1940, na

escala 1:7.500.000. A partir da segunda edição, publicada em 1951, a escala passou a ser de 1:5.000.000. Como os mapas *Fauna Ameaçada de Extermínio e Unidades de Relevô*, a décima edição do *Mapa Político*,

também está disponível nas bancas de jornal, em embalagem com tratamento visual. Esta versão, revisada e incluindo os dados do Censo de 1991, traz a sinopse da divisão territorial do Brasil, com a evolução do seu aspecto

ao longo de 55 anos. Mais: atualiza as convenções geográficas e publica, com destaque, o detalhamento das ilhas oceânicas brasileiras. Nas bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o País, por R\$ 8,50.



**INDICADORES CONJUNTURAIS**

**PRODUTO INTERNO BRUTO** (índices trimestrais)

- Total (1980=100)
- Agropecuária (1980=100)
- Indústria (1980=100)
- Serviços (1980=100)

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA** (milhões de toneladas)

- Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (3)

**PRODUÇÃO INDUSTRIAL** (índices mensais)

- Total (média de 1991=100)
- Bens de capital (média de 1991=100)
- Bens intermediários (média de 1991=100)
- Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)
- Bens de consumo não-duráveis (média de 1991=100)

**COMÉRCIO VAREJISTA** (índices mensais) (5)

- Faturamento (jan/95=100) (6)
- Emprego assalariado (jan/95=100)
- Salários e outras remunerações (jan/95=100) (6)

**MERCADO DE TRABALHO**

- Taxa média de desemprego aberto (%) (7)
- Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (8)
  - Empregados com carteira assinada
  - Empregados sem carteira assinada
  - Conta-própria
- Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (9)
- Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (10)

**PREÇOS**

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (dez/93=100)
- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (dez/93=100)
- Índice Nacional de Preços ao Consum. Amplo Especial - IPCA-E (dez/93=100)
- Custo médio da construção civil (R\$/ m²)

PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR
.....			
1995/ III	130,71 (1)	-1,27 (1)	5,33 (2)
1995/ III	156,25 (1)	-0,01 (1)	5,75 (2)
1995/ III	108,07 (1)	-3,54 (1)	4,81 (2)
1995/ III	149,68 (1)	0,34 (1)	5,67 (2)
.....			
Novembro	79,913	-	6,31 (4)
.....			
Novembro (*)	115,45	1,04 (1)	-4,52
Novembro (*)	108,67	2,57 (1)	-20,83
Novembro (*)	110,09	-0,25 (1)	-5,04
Novembro (*)	161,85	0,78 (1)	7,22
Novembro (*)	120,23	2,01 (1)	2,19
.....			
Novembro	100,63	2,96	-
Novembro	91,62	-1,80	-
Novembro	117,26	14,53	-
.....			
Novembro	4,72	-7,3	18,00
Outubro	119,85	0,00	17,58
Outubro	113,12	1,39	14,07
Outubro	128,70	0,81	24,49
Outubro	130,41	-1,80	19,28
Outubro	78,23	-0,70	-6,11
Outubro	118,28	0,99	12,09
.....			
Dezembro (*)	1.255,59	1,65	21,98
Dezembro (*)	1.244,23	1,56	22,41
Out/Nov/Dez	-	4,22 (11)	-
Dezembro	312,60	0,78	22,09

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Taxa acumulada no ano. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada e sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Resultados da pesquisa mensal de comércio para a região metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da região metropolitana do Rio de Janeiro. (7) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (8) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (9) Pessoal ocupado na produção. (10) Deflacionado pelo INPC. (11) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (\*) Novo nesta quinzena.